

1. Uma família (e um amigo) contra a Comissão da Verdade

Na cerimônia em que Eduardo Villas Bôas assumiu o cargo de comandante do Exército, outro general, Sergio Etchegoyen, ainda aguardava sua vez para ocupar o segundo posto da corporação, o de chefe do Estado-Maior. Ele já tinha a indicação de Villas Bôas, mas era preciso garantir também condições políticas.

Num dado momento da solenidade, em 5 de fevereiro de 2015, no Clube do Exército de Brasília, um assessor militar do Ministério da Defesa apresentou Etchegoyen à recém-empossada secretária-geral da pasta, Eva Chiavon. O general aproveitou a ocasião para esclarecer a Chiavon um episódio ocorrido cerca de dois meses antes. Junto com sua família, Etchegoyen publicara uma nota criticando a Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, no primeiro governo de Dilma Rousseff, para investigar as violações de direitos humanos cometidas principalmente durante a ditadura militar de 1964-85 e apontar seus responsáveis.¹

Divulgado em dezembro de 2014, o relatório final da Comissão da Verdade trazia, entre os 377 agentes da repressão acusados de crimes, o nome de Leo Guedes Etchegoyen, pai do general indicado para a chefia do Estado-Maior do Exército. A inclusão, disse a CNV, se devia ao fato de Leo ter comandado estruturas onde ocorreram violações de direitos humanos — foi secretá-

rio de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e chefe do Estado-Maior do II Exército e do III Exército.²

Filhos e viúva de Leo Etchegoyen, morto em 2003, escreveram uma nota de repúdio dura, negando que ele tivesse cometido transgressões, reclamando jamais terem sido procurados pela comissão e desqualificando seu trabalho. “Ao apresentar seu nome, acompanhado de apenas três das muitas funções que desempenhou a serviço do Brasil, sem qualquer vinculação a fatos ou vítimas, os integrantes da CNV deixaram clara a natureza leviana de suas investigações e explicitaram o propósito de seu trabalho, qual seja, o de puramente denegrir.” E prosseguiram: “Ao investirem contra um cidadão já falecido, sem qualquer possibilidade de defesa, instituíram a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória”³

Sergio Etchegoyen já fora comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), era na época diretor do Departamento-Geral do Pessoal da corporação e, como todo general de quatro estrelas da ativa (topo da hierarquia), integrava o Alto Comando da mais poderosa entre as três Forças Armadas. Por se tratar do primeiro oficial graúdo da ativa a criticar a CNV, especulou-se que pudesse ser punido ou advertido formalmente. A Comissão da Verdade, afinal, constituía uma iniciativa cara a Dilma, ex-integrante de grupos da luta armada presa e torturada na ditadura e que, quarenta anos depois, como presidente da República, era a comandante em chefe das Forças Armadas.

Não houve punição. Em parte por influência do ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante — com quem Etchegoyen jogava bola na infância em Brasília, pois os pais dos dois, ambos oficiais do Exército que chegariam a generais, eram amigos —, em parte para não incendiar um clima já turbulento entre os militares.

De todo modo, a preocupação de Etchegoyen, de que a nota pudesse prejudicar sua nomeação a partir de um veto do Ministério da Defesa, tinha razão de ser. Tanto Eva Chiavon quanto o chefe dela, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, eram (e são) petistas. Ambos haviam assumido seus cargos cientes da relevância da Comissão da Verdade para o governo e para o partido. No Clube do Exército, o indicado explicou a Chiavon que a nota era uma manifestação pessoal, de defesa da honra do pai, e que esperava que o episódio não lhe fosse um óbice. A secretária-geral escutou os argumentos e disse a Etchegoyen: “General, quem vai cuidar dessa nomeação é o ministro, e eu lhe recomendo que trate diretamente do assunto com ele”.

A definição do chefe do Estado-Maior, responsável pela coordenação de todas as ações do Exército, cabe ao comandante, que em geral indica alguém de sua extrema confiança. Não à toa, Villas Bôas escolheu Etchegoyen — seu amigo de infância em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e uma de suas referências intelectuais — para a função. Mas, pela lei, o nome deve ser apresentado ao ministro da Defesa, e este, junto com o comandante de cada uma das Forças Armadas, o submete ao (ou à, no caso) presidente da República, a quem compete, em última instância, tanto promover oficiais-generais quanto nomeá-los para quaisquer cargos.

Quando foi avisado pelo amigo que fora selecionado por ele para ser o número dois do Exército, Etchegoyen o alertou: “Olha, tu podes ter dificuldade, porque eu reclamei da Comissão da Verdade. Não te preocupa, não te desgasta por mim”. Villas Bôas não se abalou, e os dois generais puseram em curso uma tática para garantir que Etchegoyen fosse confirmado no cargo, a despeito do desconforto político criado pela sua nota de repúdio à CNV.

A conversa ao pé do ouvido com Chiavon na posse fora um dos lances do movimento. Villas Bôas também logo abordou o tema com Wagner. “Gostaria de trazer o Etchegoyen como meu chefe de Estado-Maior. Como teve aquela nota, achei por bem consultá-lo para não haver nenhum constrangimento”, disse o comandante. Combinou-se então uma reunião com a presença dos três.

Aluno do Colégio Militar do Rio na infância e na adolescência, Jaques Wagner chegou a pensar em prestar a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), principal escola de formação de oficiais do Exército, e seguir carreira castrense. O endurecimento da ditadura no final dos anos 1960 o fez mudar de ideia. Wagner estudou engenharia, foi trabalhar no polo petroquímico de Camaçari, virou sindicalista e ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores na Bahia. Ele se tornaria deputado federal, ministro do Trabalho e das Relações Institucionais no primeiro governo Lula e governador da Bahia por dois mandatos, antes de ser convocado por Dilma Rousseff para uma nova missão que evocava a experiência da educação militar de sua mocidade.

Quando Wagner assumiu o Ministério da Defesa, em janeiro de 2015, o início do segundo mandato de Dilma Rousseff tinha clima de fim. Com o país tecnicamente em recessão desde o final de 2014, o governo deu um cavalo de

pau na condução da política econômica, contrariando o que prometera na campanha. Começavam a se esfarelar também o apoio político e a popularidade da presidente, que despencou rápida e vertiginosamente: em dezembro de 2014, 42% avaliavam o governo dela como ótimo ou bom e 24% como ruim ou péssimo; dois meses depois, em fevereiro de 2015, os sinais se inverteram, com 23% de avaliação positiva e 44% de reprovação.

Como numa tempestade perfeita, começava a ganhar força a Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 e que, um ano depois, ampliaria investigações sobre um esquema de corrupção na Petrobras com a participação de partidos aliados do governo e diretores por eles indicados para a estatal. Objeto de sublimação por parte da mídia, que desde o primeiro momento a exaltou numa cobertura acrítica, a Lava Jato foi crucial para a derrocada da presidente — embora já houvesse sinais da condução enviesada da operação, ela só restaria comprovada quatro anos depois, com o vazamento de mensagens demonstrando que a acusação atuara em parceria com o juiz Sergio Moro.

Em sintonia com todo o resto, a relação entre governo e Forças Armadas, sobretudo o Exército, estava aos farrapos. Dilma acabara de receber o relatório final da Comissão da Verdade. Evocando a Lei de Anistia de 1979, que para eles deveria impedir punições a quaisquer crimes do período, os militares rejeitaram desde o princípio a criação da comissão. Alegavam que “apenas um lado” estava sendo escrutinado. A CNV rebatia com o argumento de que o Estado, como responsável pela proteção dos direitos humanos, jamais pode violá-los e que os sujeitos particulares envolvidos nos confrontos da ditadura (militantes ou guerrilheiros, “terroristas” conforme os militares) não poderiam ser equiparados a agentes estatais — e que, ademais, o “outro lado” já havia sido punido (no mínimo com cassações, prisões e exílio, principalmente no caso de dissidentes políticos) ou massacrado (com tortura, mortes e desaparecimentos, mais usados contra adeptos da luta armada).

O processo de instalação, o desenrolar dos trabalhos e a divulgação do relatório final da CNV constituem alguns dos momentos mais tensos nas relações civis-militares desde a redemocratização. O fato de ter sido instalada e orientada por uma lei aprovada pelo Congresso Nacional em 2011, e não numa canetada de Dilma, não atenuou a zanga dos militares com o processo.

O caso do pai de Sergio Etchegoyen foi apenas uma entre várias crises que se acumularam desde antes da instalação da CNV. Na cerimônia de sanção

da lei que criou a comissão, em novembro de 2011, os comandantes das Forças Armadas (Enzo Peri, do Exército, Julio Soares de Moura Neto, da Marinha, e Juniti Saito, da Aeronáutica) ficaram de braços cruzados na maior parte do tempo em que a plateia no Palácio do Planalto aplaudia os discursos, cena parecida com a que se viu em dezembro de 2013 no Congresso Nacional, quando, na presença de Dilma e dos chefes militares, o Parlamento devolveu simbolicamente o mandato de Jango abreviado pelo golpe. Durante dois anos e sete meses de trabalhos — com audiências públicas tensas, em que acusados de violações bateram boca com integrantes da comissão e sobreviventes da repressão —, militares da ativa e da reserva resistiram a colaborar com documentos e informações.

Quando o diplomata Celso Amorim, antecessor de Wagner no Ministério da Defesa, enviou, em 2014, um ofício aos comandantes militares solicitando que realizassem sindicâncias para apurar desvios de finalidade no uso de instalações militares, apurados pela Comissão Nacional da Verdade (ou seja, para comprovar se haviam mesmo sido usadas para tortura e outras violações), os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica lhe enviaram retornos caudalosos, mas evasivos. Coordenador da CNV na época, o advogado Pedro Dallari diz que as sindicâncias eram uma tentativa de incluir os militares na apuração,

como uma maneira de envolvê-los, dar a oportunidade de eles avançarem, a partir de um instrumento operado por eles mesmos, no reconhecimento dos eventos históricos. E eles não aproveitaram isso. Os relatórios das três Forças são enormes, mas não avançaram. Foi uma frustração realmente muito grande.

Diante do imenso nada que eram as respostas das sindicâncias, a CNV perguntou aos comandantes se eles negavam os atos oficiais praticados pelo Estado brasileiro — estabelecidos com base no levantamento realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia —, que, ao determinar o pagamento de indenizações, reconheceu a prática de graves violações de direitos humanos.

Ao cobrar às Forças Armadas as novas respostas, Amorim advertiu que, como ministro, iria referendar à CNV que o Estado brasileiro já havia reconhecido sua responsabilidade nas violações. Ainda assim, os comandantes disseram que não tinham documentos para comprovar nada e que não poderiam

auxiliar a comissão no novo questionamento. O Exército, por exemplo, respondeu que “os dados disponíveis não permitem corroborar a tese apresentada por aquela Comissão [...], não havendo, desta forma, fato novo que modifique tal percepção” e que não seria “pertinente” se manifestar sobre outras decisões tomadas pelo Estado. A Marinha alegou que “não foram encontrados indícios nem provas documentais ou materiais que permitam confirmar ou negar as informações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade”. E a Aeronáutica retorquiu que, após “pesquisa em documentos históricos existentes”, não dispunha de “informações que possam corroborar as conclusões apresentadas pela CNV” nem de “elementos que sirvam de fundamento para contestar os atos formais de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro”.⁴

Dallari se lamentou a Celso Amorim: “Mas ministro, isso aí é muito pouco”. O diplomata discordou:

Olha, Pedro, você já está conseguindo muito, porque a sequência nesse tipo de situação é a seguinte: primeiro se nega, depois não nega, depois reconhece, depois pede desculpas. Você já conseguiu passar da primeira para a segunda etapa, de negar para não negar. Mas querer que eles reconheçam, não há condições para isso.

Com esse espírito, e a despeito das evasivas dos comandantes, ao encaminhar sua resposta à CNV, Amorim escreveu que as Forças Armadas não se opunham ao reconhecimento do Estado brasileiro de que houvera “graves violações de direitos humanos” no período investigado pela comissão.

Influenciada pela atitude de Amorim, e num esforço para reportar algum avanço difícil de enxergar, a imprensa noticiou na época o episódio como um acontecimento histórico. “Pela primeira vez”, dizia a *Folha de S. Paulo*, os militares “não negavam” ter havido tortura — algo que, mesmo enunciando uma não notícia, só com muito boa vontade podia ser concluído das respostas etéreas dos comandantes.⁵ *O Globo* foi além no avanço de sinal, publicando a manchete de primeira página: “Forças Armadas admitem tortura na ditadura”.⁶

Até hoje Amorim defende que houve alguma evolução naquelas respostas.

Quando a pessoa diz que não era possível determinar se houve ou não houve [tortura], ela admite que pode ter havido. Senão ela teria dito que não houve. O que eu sempre disse é que, na psicanálise, o primeiro passo para você ter uma

cura é a não negação. Então eu acho que isso foi sim um ato muito importante, um momento muito importante.

Amorim, que chefiara a diplomacia brasileira por oito anos nos dois mandatos de Lula, assumiu o Ministério da Defesa em 2011, no primeiro governo Dilma, e foi desde o início visto com receio pelos militares, até pela desconfiança histórica entre Itamaraty e Forças Armadas. Anos depois, Etchegoyen diria:

Ele não sabia onde estava. São carreiras com linguagens completamente diferentes. Uma coisa é a linguagem diplomática, outra é a de defesa — que é sempre dissuasória. É como o general Augusto Heleno uma vez disse: “Botaram um presidente do Flamengo para cuidar da torcida do Vasco”. Não podia dar certo.

Um relato do general sobre uma discussão sua com Amorim em torno da CNV durante uma solenidade no Ministério da Defesa exprime o clima que vigorava então. “Ele falava: ‘Ah, mas a verdade tem que ser dita.’ E eu respondia: ‘Qual verdade, a sua? A verdade da Comissão? Ou a verdade que a história merece?’”

A postura do ministro diplomata no episódio que forçava a admissão de tortura por parte dos militares enfureceu mais uma vez a caserna. Generais de quatro estrelas da reserva, entre os quais alguns ex-ministros e comandantes do Exército, publicaram um manifesto com críticas à CNV e a Amorim, endossado à solapa por oficiais da ativa, adicionando combustível à crise.

A fervura era tão alta que Dilma e o PT decidiram adiar a divulgação do relatório final para depois da acirrada eleição de 2014, em que a candidata petista venceu Aécio Neves por uma margem que levou o derrotado a, sem apresentar provas, pôr em dúvida o processo eleitoral, envenenando um ambiente político já carregado.

Não fosse a intervenção de um oficial discreto e habilidoso, a crise provocada pela nota da família Etchegoyen logo após a divulgação do relatório poderia ter sido pior. Isso porque de início o general cogitou assinar sozinho a nota de repúdio à CNV. Então secretário-geral do Ministério da Defesa, o general Joaquim Silva e Luna procurou o ministro Celso Amorim e lhe informou sobre a intenção do colega. “Vou ter que puni-lo”, disse Amorim. Silva e Luna sugeriu ao chefe que ligasse para Etchegoyen. “Mas para dizer o quê?”, intrigou-se o ministro. “Diga somente que tem muito apreço por ele”, aconselhou Silva

e Luna. Assim fez Amorim, sem mencionar a nota, que ainda não fora divulgada. Depois do telefonema, Etchegoyen decidiu assiná-la junto com seus familiares e sem incluir sua patente.

Dilma chorou na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, em 16 de maio de 2012, à qual compareceram todos os então ex-presidentes vivos: José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. E chorou novamente no evento de apresentação do relatório final da comissão, em 10 de dezembro de 2014, durante o mesmo trecho do discurso, um trecho que ela fez questão de repetir dois anos e sete meses depois. “O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.” Nas duas oportunidades, teve que interromper a fala para se recompor, enquanto era aplaudida de pé (em 2012, por 33 segundos, e tomou água; em 2014, por 42 segundos, e mexeu sem parar no rosto, num desconcerto incomum para uma figura pública identificada pela sisudez).

No intervalo entre uma cerimônia e outra, a comissão gerou braços estaduais, obteve avanços e esclareceu questões importantes no quebra-cabeça da ditadura. Seu relatório final — que contabilizou 434 mortes e desaparecimentos de pessoas sob a guarda do Estado brasileiro — é tido até hoje como o documento institucional mais completo e detalhado sobre as violações de direitos humanos no período. Com riqueza de informações vindas de depoimentos e documentos, são esmiuçados crimes de tortura, execução sumária, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, detenções ou prisões ilegais ou arbitrárias. O colegiado não tinha poder judicial, tampouco a possibilidade de pedir indiciamentos, mas o relatório final da CNV trazia 29 recomendações, divididas entre “medidas institucionais” (que as Forças Armadas reconhecessem sua responsabilidade institucional pela ocorrência das violações de direitos humanos na ditadura, e determinação da responsabilidade jurídica dos agentes públicos acusados de crimes, entre outras), “reformas constitucionais e legais” (como a revogação da Lei de Segurança Nacional e a desmilitarização das PMs) e “medidas de seguimento das ações e recomendações da CNV” (prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos

arquivos da ditadura, por exemplo). Até hoje, a maioria das recomendações não saiu do papel.

Também se acumularam atritos com os militares e crises internas. Um dos momentos mais tensos foi o depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que entre 1970 e 1974 comandou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo, onde ocorreram ao menos 45 mortes e desaparecimentos, além de centenas de casos de tortura. Munido de um habeas corpus que lhe dava o direito de permanecer calado, Ustra selecionou o que quis responder, usou o microfone para fazer apologia da ditadura e bateu boca com o ex-presos político Gilberto Natalini, que afirmava ter sido torturado pelo militar, o que ele negava. Integrantes da própria CNV depois admitiram que o depoimento foi contraproducente.

Em 2013, o procurador Cláudio Fonteles, um dos sete conselheiros nomeados originalmente, renunciou ao cargo por discordância dos rumos dos trabalhos. Fonteles e a advogada Rosa Cardoso, que defendiam transparência e publicidade ampla das atividades da comissão, trombaram com os demais integrantes do colegiado, para os quais os dois colegas eram excessivamente midiáticos e açodados para publicar informações sensíveis ainda em apuração. Fonteles e Cardoso também contestaram os gastos com a contratação de uma equipe independente de pesquisadores e jornalistas coordenada pela historiadora Heloisa Starling — para outros conselheiros, a resistência da dupla dificultou uma investigação mais aprofundada sobre crimes das Forças Armadas no período.⁷

Em 2014, o cinquentenário do golpe de 1964 exacerbou os ânimos dos dois lados. Militares até hoje se queixam da cobertura da mídia sobre a data, que reputam como enviesada, e dos “escrachos” que o movimento esquerdista Levante Popular da Juventude promoveu contra acusados por tortura e execuções, como Ustra, Aparecido Laertes Calandra e Dulene Aleixo Garcez dos Reis — em geral os protestos ocorriam em frente às residências dos “escrachados”.

Talvez o saldo da escalada conflituosa tenha influenciado uma postura mais temperada de Dilma no final dos trabalhos. No discurso da entrega do relatório, a presidente reconheceu que a CNV prestava “o inestimável serviço da verdade histórica”, mas fez um aceno aos militares: “A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas”.

Para entidades de defesa dos direitos humanos e para parentes que, havia décadas, lutavam por justiça para seus mortos e desaparecidos, foi insuficiente. Esperavam não apenas uma fala mais incisiva de Dilma, mas que a CNV como um todo avançasse na direção de algum arranjo jurídico que permitisse a punição dos agentes de Estado criminosos — uma vez que a revisão da Lei de Anistia fora vedada pelo Supremo Tribunal Federal.

Em abril de 2010, o plenário da corte máxima do país rejeitou uma ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pretendia rever o perdão concedido pela Lei de Anistia de 1979 a agentes do Estado acusados de tortura. Por sete votos a dois, os ministros do STF entenderam que o pacto gestado no governo Geisel e sancionado por João Figueiredo continuava válido para “crimes políticos ou conexos com estes”, como está escrito na lei. A OAB recorreu, mas o caso jamais voltou à pauta. Também dormita nas gavetas do tribunal uma ação de 2014 para que seja cumprida sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos segundo a qual leis de anistia como a brasileira não podem se sobrepôr a convenções internacionais sobre graves violações de direitos humanos, e que, portanto, o Brasil deve punir crimes como torturas e execuções cometidos na ditadura.

A conciliação à brasileira, um pacto entre militares e políticos que ao final resultou bem mais vantajoso para os primeiros, praticantes de uma violência de Estado incomparável com os crimes da luta armada contra a ditadura, é apontado por estudiosos como uma das causas primordiais da ausência de controle civil de fato sobre os militares, como ocorre nas democracias consolidadas.

Embora a concertação político-militar vista no Brasil não constitua caso único na América Latina — ao contrário, foi quase regra nos processos de transição de ditaduras a democracias na região —, o modelo brasileiro é sem dúvida o que menos avançou quanto à responsabilização criminal. Como apontam os pesquisadores Paulo Abrão e Marcelo Torelly, a impunidade dos crimes cometidos pela ditadura tem duas dimensões, uma relacionada à verdade (conhecimento dos crimes e de seus autores) e outra à justiça (sanções penais e civis). Em relação à primeira, escreveram em 2012, ano da instalação da CNV, a iniciativa brasileira representaria um avanço. O Brasil segue emperado quanto à segunda.

E, neste aspecto, o Brasil diferenciou-se da tradição latino-americana de associar verdade e justiça. “No hay verdad sin justicia”, expressa o Estado argentino que, em 2005, por meio de sua suprema corte, declarou a lei local de anistia inconstitucional. Com isso, foi possível abrir processos contra cerca de mil agentes da ditadura, sendo que 250 já foram condenados por crimes graves, entre outros, o ex-ditador Jorge Videla. O Chile, mesmo não revogando sua lei de anistia, reconheceu e cumpriu a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos para abrir investigações e condenar casos de graves violações aos direitos humanos que, como já dito, escapam ao alcance das leis de anistia. O Uruguai condenou Juan Bordaberry, seu último ditador, por atentado contra a democracia e por ser responsável por crimes de desaparecimento forçado, além de viver um intenso debate sobre a promoção de justiça ante a outras violações. O Peru indicou e sentenciou Alberto Fujimori. A Guatemala abriu dois julgamentos por acusações de genocídio contra o ex-ditador Efraín Ríos Montt.⁸

Foi no ambiente conflagrado pela recém-concluída Comissão da Verdade que o conciliador Wagner recebeu a nomeação para o Ministério da Defesa. Antes mesmo de assumir, o petista tratara de sinalizar à caserna que sua gestão se esquivaria de confrontos com as cúpulas das Forças Armadas. Na solenidade de entrega do relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade da Bahia, quando ainda era governador (mas já indicado para a nova função), ele criticou a ideia de revanchismo contra os militares e defendeu que a revisão histórica da ditadura fosse feita em “movimentos suaves”.

Segundo Wagner, havia duas maneiras de lidar com o que chamou de “água suja” da ditadura: despejando a água toda fora ou colocando água limpa aos poucos até que a água suja fosse clareando. “Todo mundo que me conhece sabe que eu sou pela segunda forma”, afirmou. Na mesma ocasião, o ministro indicado atenuou o papel dos militares no golpe e na ditadura. “É sonegador da verdade a gente não endereçar críticas duras a uma elite política, empresarial e jornalística que foi braço consolidador da ditadura e que se escondia atrás de quem tinha fuzil.”⁹

Como aceno de que estava disposto a baixar a temperatura, na primeira reunião que fez a portas fechadas com os comandantes das Forças Armadas quando assumiu o Ministério da Defesa em 2015, Wagner os tranquilizou sobre as consequências do relatório final da Comissão da Verdade. O novo titular

apressou-se em esclarecer que as recomendações mais sensíveis aos militares não sairiam do papel, que conversara a respeito com Dilma e que o governo não insistiria no assunto, deixando que amainasse naturalmente.

Semanas depois, no mesmo gabinete de Wagner no Ministério da Defesa, ocorreu a reunião para tratar da nomeação do futuro chefe do Estado-Maior do Exército. Eduardo Villas Bôas, o comandante, e Sergio Etchegoyen, seu indicado ao cargo, argumentaram com o ministro que a nota deste contra a Comissão da Verdade era uma atitude em caráter pessoal, tanto que o general não a assinara com a sua patente. Etchegoyen aproveitou para defender a integridade do pai ao longo da carreira militar. Lembrou que, para protegê-lo, chegara a ser preso.

Em 1983, Sergio Etchegoyen era capitão e ouvia uma palestra do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, que denunciava uma campanha para derrubar o governo. A certa altura, Cruz passou a desancar militares que haviam aceitado comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa, um flanco de críticas ao regime (“frouxos”, “incompetentes”, “maus-caracteres”). O capitão Etchegoyen se levantou e rebateu em voz alta: “General, entre os militares que vão depor à CPI está meu pai”. Cruz respondeu que não sabia, e o capitão o confrontou: “O senhor não tem como não saber, pois todos os jornais noticiaram. E eu não admito que o senhor ataque a honra e a dignidade do meu pai, que é um homem de bem”. O general deu imediatamente voz de prisão a Etchegoyen. Por defender a atitude do filho, Leo Etchegoyen, que já estava na reserva, também seria preso disciplinarmente.¹⁰

Tanto Jaques Wagner quanto Eva Chiavon relatam que, na cruzada para espantar o risco de veto ao seu nome, Etchegoyen rememorou a ida antecipada e voluntária de seu pai para a reserva naquele mesmo 1983, descrita como a atitude de um democrata humanista. “Ele contou que o pai não aguentava ver certas coisas no Exército”, narra Wagner. “Quais eram essas coisas, esses exageros, ele não entrou em detalhes.” Segundo Chiavon, em outra ocasião, ao relatar a mesma história sobre o pai, o general atribuiu a decisão de antecipar a ida para a reserva a discordâncias com a linha-dura militar. Dois anos antes, radicais do Exército que se opunham à abertura ainda promoviam atentados e incendiavam o ambiente político do país. Conforme o relato da auxiliar de Wagner, ao lembrar disso, Etchegoyen ficou emocionado e chegou a chorar. Wagner e Chiavon se mostraram intrigados com o fato de o general jamais ter repetido em público o que lhes confidenciou em privado.

Etchegoyen confirma a preocupação de que seu nome fosse vetado e que por isso se uniu a Villas Bôas para esclarecer o contexto da nota em defesa do pai. Mas nega que a causa de Leo Etchegoyen ter pedido para ir para a reserva antes do tempo tenham sido problemas relacionados aos excessos do Exército. Sergio diz que seu pai foi solidário ao irmão Cyro Etchegoyen, não promovido ao generalato.

Teve a ver com um descontentamento dele com algumas coisas do governo Figueiredo, que eu não me lembro, não sei exatamente o que eram, mas basicamente o que o meu pai me disse na época foi isto: “Se os caras reclamaram do Cyro, se os caras não o aprovaram, ele era o meu subordinado, eu sou responsável, eu não vou ficar”.

O próprio Leo Etchegoyen deu essa versão à época. Quando pediu passagem à reserva em 1983, ainda poderia ter sete anos no Exército, e alegou que saiu antes do tempo como protesto pela não promoção do irmão. “Sou um militar linha-dura, sempre fui. Como também sempre fui um revolucionário e vou ser até morrer. No entanto, meu pedido de transferência para a reserva teve razões puramente pessoais, não teve conotação política”, disse a *O Globo*. Era uma época em que promoções de militares saíam diariamente nos jornais. Os principais veículos contavam com repórteres especializados em cobrir as Forças Armadas e olhar com lupa cada movimentação do *Almanaque do Exército*. Na mesma reportagem, Cyro também negava motivações políticas por trás do seu preterimento. “O coronel Etchegoyen era o primeiro na ordem do *Almanaque do Exército*, tanto dentro de sua Arma, a artilharia, como na ordem geral, e ficou colocado em 13º lugar na lista do Alto Comando do Exército”, contou o diário carioca — que, no entanto, não informava por que Cyro fora rifado.¹¹

Cyro Guedes Etchegoyen, tio de Sergio, teve papel importante na comunidade de informações e repressão da ditadura, como chefe da seção de contrainformações do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1974, auxiliar direto de Milton Tavares, o Miltinho, expoente da linha-dura da repressão. E, de acordo com o relatório final da Comissão da Verdade, Cyro Etchegoyen chefiou a Casa da Morte de Petrópolis, um dos principais centros de tortura e extermínio do regime militar, motivo pelo qual também aparece, no relatório da CNV, entre os acusados por crimes. Ele integrava uma corrente do

Exército cujo propósito, conforme definição própria numa entrevista em 1993, era “consertar este país. Na marra. [...] Durasse o que durasse. Quarenta anos, cinquenta anos, cem anos”.¹²

Há pelo menos três versões para a cúpula do Exército ter preterido Cyro. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a não promoção deveu-se a um veto do mesmo Newton Cruz que deu voz de prisão ao jovem capitão Sergio. “Os Etchegoyen são considerados revolucionários e ferrenhos anticomunistas, mas nunca aceitaram ser classificados como oficiais que praticaram a repressão, conforme acusações frequentes que vinham recebendo”, registrou o *Estadão* — como numa *première* da situação que a família experimentaria mais de trinta anos depois.¹³ Revolucionários, vale esclarecer, é como a imprensa então denominava os agentes do golpe militar e da ditadura.

Em depoimento a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em 1992, o general Otávio Costa (veterano da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra que comandou a 6ª Região Militar, em Salvador, e ocupou postos de comando na cúpula do Exército entre fins dos anos 1960 e começo dos 1980) relatou que os irmãos Etchegoyen foram vitimados por uma disputa entre dois grupos internos, um favorável à abertura e outro dos radicais que queriam sabotá-la. Cyro era subordinado a Milton Tavares, comandante do II Exército, “que tinha sido o radical dos radicais, na condição de chefe do CIE [...] em sua fase mais dura”. Mas sob Figueiredo, contou Costa, mudara de corrente e passara a apoiar a abertura.

Como o general Milton não queria terrorismo de direita em sua área de comando, os radicais do SNI e CIE iam a São Paulo jogar bombas para atribuir a responsabilidade ao Milton Tavares. Começou, então, a haver um claro confronto entre os órgãos de informações do II Exército e os extremados do SNI e do CIE, que faziam esse tipo de ação.

O Cyro participara da repressão, fora peça fundamental do Milton Tavares durante a fase mais aguda. No governo Figueiredo, já não havia mais essa guerra, tinha havido a anistia, e a prioridade era normalizar a vida do país. Então, o CIE do [ministro do Exército] Walter Pires e o SNI lutaram contra o Milton Tavares, a tal ponto que o Cyro, que prestara grandes serviços à Revolução, não foi promovido a general. [...] Como consequência imediata, o Leo, que já era general de brigada, pediu passagem para a reserva. Os dois Etchegoyen, homens de bem,

admirados e respeitados, foram vitimados por essa luta entre os órgãos de informações do II Exército e do CIE-SNI.¹⁴

Anos mais tarde, em 2014, os repórteres Chico Otavio e Marcelo Remigio revelaram que Cyro Etchegoyen era o militar por trás do codinome Doutor Bruno, chefe da Casa da Morte de Petrópolis — o que seria reafirmado dias depois no depoimento do coronel Paulo Malhães à CNV. A reportagem dizia ainda que Cyro não foi promovido a general como castigo por ter permitido que a guerrilheira Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte, fosse libertada, após avaliar equivocadamente que, mediante tortura, a teria convertido numa informante infiltrada a serviço do regime — uma “cachorra”, na gíria dos porões. Etienne não virou delatora, e suas denúncias revelariam a existência do centro de tortura.¹⁵

Os irmãos Etchegoyen ajudaram a articular o golpe de 1964 no Rio Grande do Sul e aderiram à ditadura desde sua alvorada. Estavam nos arredores do Palácio Guanabara (sede do então governo da Guanabara) quando uma coluna de tanques que deveria proteger o presidente golpeado João Goulart no vizinho Palácio das Laranjeiras deixou o local rumo à sede do Executivo estadual, onde estava o governador Carlos Lacerda. Emílio Nina Ribeiro, na época líder do governo Lacerda na Assembleia Legislativa, lembrou anos depois a cena:

Em dado instante, todos os presentes estranharam a notícia de que alguns tanques se aproximavam do Palácio Guanabara. Decorridos alguns minutos foi esclarecido que eram filhos do general Etchegoyen que chegavam para entregar uma bandeira nacional ao senhor governador. A emoção tomou conta de todos. Um choro convulsivo explodiu de dentro do nosso ser; um choro que não envergonha porque é a alma lavada depois de uma longa vigília aflitiva e angustiante.¹⁶

Os Etchegoyen constituem uma linhagem de militares gaúchos envolvidos em insurreições desde o início do século passado. O pai de Cyro e Leo (e avô de Sergio), Alcides Etchegoyen, participou, ao lado do irmão Nelson, de um levante nos anos 1920 para tentar impedir a posse de Washington Luís. Na ditadura do Estado Novo, foi chefe da Polícia do Distrito Federal, sucedendo ao famigerado Filinto Müller. Presidiu, nos anos 1950, o Clube Militar, quando a instituição tinha grande peso e representatividade nas Forças Armadas e na

sociedade, encabeçando uma chapa identificada a interesses dos Estados Unidos, contra a do nacionalista Newton Estillac Leal. Participou da Revolução de 1930 e do governo Vargas, mas nos anos 1950 trabalhou para derrubá-lo. Foi adversário do marechal Henrique Teixeira Lott — que chegou a prendê-lo por tentar se opor à deposição do presidente interino Carlos Luz em 1955 — e opositor de Juscelino Kubitschek. Segundo Ernesto Geisel, um grupo de oficiais que planejava derrubar JK já eleito (mas antes da posse) lhe contou que Alcides Etchegoyen seria o nome do Exército para o triunvirato que comandaria o país após o golpe. “Mas o Etchegoyen? É um homem correto, muito bom, mas reconhecidamente de poucas luzes!”, retrucou Geisel na ocasião.¹⁷

Algumas décadas e gerações depois, Sergio Etchegoyen e família haveriam de escrever a nota de repúdio contra a inclusão do nome do patriarca no relatório da CNV e entrariam com uma ação na Justiça Federal para que a referência a Leo fosse retirada do documento. Pela alegação, o texto não prova que Leo Etchegoyen praticou atos ilícitos e, portanto, calúnia, difama e injúria a memória do general. A família teve o pedido rejeitado em duas instâncias. Ainda que não houvesse participado diretamente de torturas e execuções, diziam em suma as sentenças tanto da 3ª Vara Federal de Porto Alegre quanto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Leo Etchegoyen teria permitido que violações fossem cometidas nas unidades do Estado por ele administradas. O relatório da CNV, afinal, ressalta que “a responsabilidade estatal surge a partir da ação ou omissão dos agentes estatais, bem como da aquiescência ou conivência destes com a atuação de terceiros”.

Foi descartada ofensa à honra e foram negados os pedidos de indenização por dano moral, de retratação pública e de alteração de registros documentais. “A conduta estatal, aqui, teve intuito meramente de informar e esclarecer, o que não gera dever de indenizar”, escreveu em seu voto a relatora da apelação, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha. Foi seguida pela maioria dos colegas da 4ª turma do TRF-4. A decisão transitou em julgado, ou seja, os Etchegoyen não podem mais recorrer.

Todo o processo judicial ainda estava no início quando Villas Bôas foi com seu indicado ao gabinete do ministro da Defesa. Jaques Wagner se compadeceu com os argumentos. Considerou louvável que, mesmo diante de um superior, Sergio Etchegoyen tenha se arriscado para honrar o pai quando foi preso. Levou em conta o fato de ele não ter se valido da patente ao assinar a

nota. E não impôs obstáculo à nomeação do general como chefe do Estado-Maior do Exército.

A decisão seria mais tarde alvo de críticas de aliados. Embora concordasse que o melhor foi não punir Etchegoyen pela nota contra a CNV, pois “não era o caso de fazer um tumulto em uma hora de transição de governo”, Celso Amorim considera um erro a nomeação dele a um cargo estratégico: “Eu acho que não havia necessidade de fazer do Etchegoyen o chefe do Estado-Maior do Exército, até porque era uma pessoa que sabidamente tinha uma restrição, que ele não escondia, em relação à Comissão da Verdade”.

Apesar do desfecho conciliatório, o malabarismo político da cúpula do Exército para garantir a nomeação de Etchegoyen e as desconfianças de parte a parte mostravam que a guerra fria entre a esquerda e os militares estava acesa como em raros momentos desde a redemocratização.